

CONVITE

ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta

Consulta Prévia n.º CPG/1/2022 - Aquisição de Serviços de comunicação fixas e móveis, de voz e de dados.

ENTIDADE ADJUDICANTE

JOBRA - Associação de Jovens da Branca, com sede nas Lajinhas, Branca, 3850-564 Branca ALB, com o NIPC: 501685596; Telefone: 234 541 300; Endereço Eletrónico: geral@jobra.pt.

1. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar, nos termos do artigo 36º e artigo 38º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pela Direção da JOBRA-Associação de Jovens da Branca, representada por Filipe José Nunes Faria Marques e Filipe Carlos Ribeiro Dias Vieira, na qualidade, respetivamente, de Presidente e Vice-Presidente da JOBRA, em 20 de abril de 2022.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

Aquisição de Serviços de comunicação fixas e móveis, de voz e de dados para a JOBRA – Associação de Jovens da Branca, de acordo com as especificações constantes do Caderno de Encargos.

3. PROCEDIMENTO A ADOTAR

Consulta Prévia, com convite a 3 (três) entidades, nos termos do previsto na alínea c) do nº1 do artigo 20º e no artigo 112º e seguintes, todos do CCP na sua versão atualizada.

4. PREÇO BASE

O preço base do procedimento é de 36 000€ (trinta e seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo de apresentação das propostas termina às 17h00m do dia 06 de maio de 2022.

6. PROPOSTA, DOCUMENTOS DA PROPOSTA E MODO DE APRESENTAÇÃO

6.1. A proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, enviada, em anexo, ao presente Convite;
- b. Anexo III – Declaração Preço Contratual, enviado em anexo ao presente Convite;
- c. Documentos exigidos pelo convite que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos, da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, os quais a entidade adjudicante pretende que concorrente se vincule.

6.2. Na proposta, os concorrentes devem indicar os seguintes elementos:

- a. O preço total, indicado em algarismos, sem inclusão do IVA;
- b. O preço unitário, indicado em algarismos, sem inclusão do IVA;
- c. Taxa de IVA aplicável.

6.3. As peças do presente procedimento serão integralmente disponibilizadas de forma livre, de forma completa e gratuita na plataforma eletrónica de Contratação Pública Acingov, acedível através do endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>. a partir da data do envio deste convite.

6.4. O acesso à referida plataforma é gratuito. Para ter acesso à Acingov, os interessados deverão efetuar o registo no endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>.

6.5. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada, exclusivamente, de forma eletrónica, através da plataforma de contratação pública acinGov acessível em: <https://www.acingov.pt>, com a respetiva assinatura eletrónica de acordo com o artigo 54º da Lei nº96/2015, de 17 de agosto.

6.6. Para além dos documentos previstos nos números anteriores, a proposta deverá ser acompanhada da Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

6.7. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP.

6.8. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último, poderes para o efeito ou pública forma da mesma, devidamente legalizada.

6.9. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

6.10. A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias, contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, de acordo e nos termos do Art. 65º do CCP.

7. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do CCP.

8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

8.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, as entidades convidadas podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP, e que digam respeito a:

- a. Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b. Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que os interessados não considerem exequíveis;
- d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

8.2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8.3. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378º, do CCP.

8.4. As comunicações relativas ao ponto 8.1, devem ser efetuadas na plataforma eletrónica acinGov, até às 17h00 (dezassete) horas (hora de Portugal continental), do último dia do prazo para o efeito determinado.

8.5. Até termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a Direção da JOBRA – Associação de Jovens da Branca, através da plataforma acinGov:

- a. Prestará os esclarecimentos solicitados;
- b. Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam pela Direção expressamente aceites.

8.6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

9.1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade Monofator: mais baixo preço, nos termos da alínea b) do artigo 74º do CCP.

9.2. Em caso de empate será efetuado sorteio que obedecerá à seguinte metodologia:

1º Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a ordenação da retirada da bola, pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;

2º A cor das bolas significará a seguinte ordenação:

1ª Posição: Bola branca;

2ª Posição: Bola preta;

3ª Posição: Bola vermelha.

Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

10. JÚRI DO PROCEDIMENTO

10.1. As propostas serão analisadas pelo Júri do Procedimento, designado para o efeito, segundo Despacho da Direção da JOBRA, de acordo com o disposto no artigo 67º do CCP.

10.2. O Júri do Procedimento poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do nº6 do artigo 68º do CCP.

11. ANÁLISE E EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

É considerada inaceitável e em conformidade excluída qualquer proposta que:

- a. Que implique um preço contratual superior ao preço base fixado, entendendo-se por preço contratual o preço da proposta apresentada; ou
- b. Cuja análise revele alguma das causas de exclusão previstas no Art. 146º, nº 2 do CCP.

12. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

13. CAUÇÃO

A prestação de caução é dispensada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 88º do CCP.

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

14.1. O Júri do Procedimento elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas fundamentado, no prazo de três dias, sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

14.2. No Relatório Preliminar, o Júri do Procedimento deverá também propor, fundamentadamente, a eventual exclusão de propostas, nos termos do artigo 122.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após o envio do Relatório Preliminar, os Concorrentes têm 3 (três) dias úteis para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, de acordo com o artigo 123º do CCP.

16. RELATÓRIO FINAL

16.1. Cumprido o disposto no ponto 15, o Júri do Procedimento elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP.

16.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124º do CCP.

17. ADJUDICAÇÃO NO CASO DE APRESENTAÇÃO DE UMA ÚNICA PROPOSTA

Quando tenha sido apresentada uma única proposta, não há lugar à fase de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, nos termos do n.º 2 do artigo 125º do CCP.

18. CAUSA DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

18.1. Não há lugar à adjudicação quando se verifique alguma das situações previstas no artigo 79º do CCP.

18.2. A decisão de não adjudicação prevista no número anterior determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80º do CCP.

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

19.1. O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma acinGov, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação constantes do art. 81º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP, do qual faz parte integrante;
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º e artigo 55.º-A, se aplicável;
- c. Comprovativo da inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), quando aplicável, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho.

19.2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, não é necessária a respetiva tradução.

19.3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo referido no n.º 1.

19.4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos dos números anteriores, a Direção da JOBRA notificará o adjudicatário, para que este, no prazo de 3 dias úteis, se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

20. ACEITAÇÃO DA MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Será celebrado contrato escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.

20.2. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário nos termos do n.º 1 dos artigos 98.º e 100.º do CCP.

20.3. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP.

20.4. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta.

21. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

21.1. O cocontratante não pode ceder a sua posição contratual no contrato celebrado nem qualquer direito ou obrigação deles emergente, sem autorização prévia e por escrito da JOBRA.

21.2. Sem prejuízo do disposto no CCP, em especial nos artigos 316.º e seguintes do CCP, o cocontratante deve justificar fundamentadamente o pedido de cessão da posição contratual.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que estiver omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada.

Branca, 22 de abril de 2022

Pela Direção da JOBRA

FILIPÉ JOSÉ NUNES FÁRIA MARQUES
Assinado de forma digital por FILIPÉ JOSÉ NUNES FÁRIA MARQUES
Dados: 2022.04.23 11:56:07 +01'00'

Filipe Marques
(Presidente da Direção)

Assinado por: **Filipe Carlos Ribeiro Dias Vieira**
Num. de Identificação: 10853292
Data: 2022.04.22 10:57:29+01'00'



Filipe Vieira
(Vice-Presidente)

ANEXOS

- Caderno de Encargos
- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de declaração preço contratual

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia Aquisição de Serviços de comunicação fixas e móveis, de voz e de dados para a JOBRA – Associação de Jovens da Branca, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (⁴)]

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 -... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) no procedimento de consulta prévia de Aquisição de Serviços de comunicação fixas e móveis, de voz e de dados para a JOBRA – Associação de Jovens da Branca, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (³)] os documentos comprovativos de que a sua representada (⁴) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(Local),... (data),... [Assinatura (⁵)]

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(⁴) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(⁵) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

..(indicar nome, firma e sede), com sede em pessoa coletiva n.º, obriga-se a prestar todos os serviços que constituem a “Aquisição de Serviços de comunicação fixas e móveis, de voz e de dados” para a JOBRA, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo prazo indicado no Caderno Encargos e pelo preço contratual de _____ Euros (_____ euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela JOBRA – Associação de Jovens da Branca, nos termos do disposto no n.º 5 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data... Assinatura...